



COMPANHIA DOCAS DO PARÁ – CONCURSO PÚBLICO

PROVA OBJETIVA: 25 de novembro de 2012

NÍVEL SUPERIOR

Cargo: ARQUITETO I

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e cartão-resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.

2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas, e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, destinado à transcrição definitiva da redação.

3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 40 (quarenta) questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa, 05 de Noções de Informática, 05 de Legislação e 20 de Conhecimentos Específicos e a Prova de Redação. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 14h:30 e término às 18h:30 (horário local).

4. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 40.

5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.

6. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.

7. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição definitiva da redação no FORMULÁRIO DE REDAÇÃO devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.

8. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.

9. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA e/ou do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.

10. O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como, o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO é o único documento considerado para a correção da sua redação.

11. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.

12. O candidato deverá devolver no final da prova, o BOLETIM DE QUESTÕES, o CARTÃO-RESPOSTA e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO.

13. Será automaticamente eliminado do Concurso Público da Companhia Docas do Pará o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital do referido concurso.

Boa Prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

COM BASE NO TEXTO ABAIXO, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE COMPLETA CORRETAMENTE AS QUESTÕES DE 01 A 10.

Outra economia:

a mensagem sombria, mas de esperança, da Rio+20

**Não devemos só rever nosso padrão de consumo,
mas também o modo de produção e a relação entre os países**

1 O desenvolvimento sustentável das nações é uma temática que se tornou central
2 no debate a partir dos primeiros alertas de ambientalistas que associaram o uso
3 indiscriminado dos recursos naturais com o aquecimento global. No entanto, o termo
4 sustentável se tornou rapidamente uma panaceia, incluindo tudo – e portanto nada –,
5 especialmente após a sua inteligente apropriação pelo marketing das grandes corporações
6 privadas globais.

7 Iludidos pela propaganda, muitos consumidores se sentem aliviados em sua
8 consciência ambiental quando encontram selos verdes ou algo do gênero em seus
9 produtos preferidos (desde cadernos até carros com tração nas quatro rodas). A hipocrisia
10 é tamanha que o Brasil, entre outros países emergentes, tem-se colocado como exemplo
11 de uma estratégia de desenvolvimento pretensamente movida a energia renovável e
12 sustentável. Alusão refutada por quaisquer dos indicadores sólidos de sustentabilidade
13 adotados no debate científico dos climatólogos, não por acaso afastados dos palcos
14 políticos mais importantes da Rio+20.

15 Na verdade, o que o governo de muitos dos países do G20 chamam de economia
16 verde pouco tem de sustentável. O critério de avaliação de impacto ambiental mais sério
17 da academia, mas ignorado ainda pelos políticos, é a superfície vegetal do país, pois são
18 essas áreas que garantem a purificação da pegada humana de gás carbônico que
19 ameaça o planeta.

20 Segundo esse critério, a geração de energia elétrica no Brasil e na China, por
21 exemplo, dependente da inundação de imensas áreas ocupadas por florestas, é altamente
22 poluente; bem como a política de substituição de combustível fóssil por etanol ou biodiesel
23 em países como os EUA e novamente o Brasil, pois são produtos que demandam uma
24 superfície agrícola muito grande para ser minimamente acessível para os consumidores.
25 Nem mesmo a energia eólica, a atual campeã da sustentabilidade, escapa a uma análise
26 de impacto ambiental mais rigorosa, por também depender de uma escala de produção
27 com uso intensivo de recursos naturais.

28 A chave da nossa sobrevivência em um mundo realmente sustentável depende,
29 portanto, do desenvolvimento de uma tecnologia de geração de energia extensiva no uso
30 de recursos naturais, ou seja que polua pouco, sendo capaz de manter ou mesmo elevar a
31 superfície de nossos territórios com cobertura florestal. Parece sonho, mas isso já
32 acontece em alguns países centrais avançados, como na França, no Japão ou ainda no
33 Canadá. Lá, pelo visto, a consciência ambiental atingiu um outro patamar, e a resposta
34 vem imediatamente com a maior qualidade de vida da população.

35 Porém, em escala planetária, a realidade é bem diferente, por conta do ritmo
36 acelerado de devastação ambiental imposto por um modelo de capitalismo extensivo em
37 recursos naturais, aplicado principalmente nos países em desenvolvimento. O acesso às
38 tecnologias poupadoras de recursos naturais, e intensivas em pessoal qualificado e
39 capital, é ainda muito restrito aos países centrais, inclusive por conta da existência de
40 mecanismos institucionais e instrumentos de poder que os mantêm no controle dessas
41 técnicas de produção.

42 Neste ponto temos de reconhecer o avanço do documento final da Rio+20: a
43 sustentabilidade do planeta depende não apenas de uma revisão no nosso padrão de
44 consumo, mas também no nosso modo de produção e na relação entre os países.
45 Traduzindo para uma terminologia um pouco menos utópica, isto significa reconhecer que
46 ou agimos já, ou capitalismo estará rumando para o seu fim não tanto pelo lento
47 desenvolvimento de suas contradições internas, mas sim pelo simples, porém voraz,
48 desenvolvimento natural de suas forças produtivas.

Pedro Chadarevian é doutor em Economia pela Universidade de Paris, professor de Economia na Universidade Federal de São Carlos e editor do blog *Outra Economia*. Escreve quinzenalmente ao *Opera Mundi*. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinia0/22719/outra+economia+a+mensagem+sombria+mas+de+esperanca+da+rio%2B20.shtml>. Acesso em: 25 set. 2012. Texto adaptado.

01. “Outra economia”, no título, alude a uma economia centrada
(A) na devastação ambiental.
(B) no desenvolvimento sustentável.
(C) na acumulação de bens e no consumo.
(D) nas grandes corporações privadas globais.
02. O texto de Pedro Chadarevian gira em torno da(s)
(A) ações promovidas pela Rio+20.
(B) geração de energia limpa no Brasil.
(C) relações entre preservação da natureza e economia.
(D) normas de avaliação de impacto ambiental da academia.
03. Entre os propósitos de Pedro Chadarevian, inclui-se o de
(A) elogiar o teor da declaração final da Rio+20.
(B) informar o leitor acerca da adoção de selos verdes.
(C) defender a substituição de combustíveis fósseis pelo etanol.
(D) criticar os critérios de avaliação de impacto ambiental da academia.
04. Para Pedro Chadarevian, uma das causas da devastação do meio ambiente é o(a)
(A) aquecimento global.
(B) marketing e a propaganda política.
(C) baixa qualidade de vida da população.
(D) adoção de um capitalismo extensivo em recursos naturais.
05. Segundo o autor, para se preservar realmente o planeta,
(A) basta controlar o padrão de consumo das sociedades.
(B) é preciso conservar o modelo de capitalismo extensivo em recursos naturais.
(C) deve-se rever nosso padrão de consumo, o modo de produção e a relação entre os países.
(D) é fundamental adotar o selo verde para identificar os produtos menos nocivos ao meio ambiente.
06. “Uma tecnologia de geração de energia extensiva no uso de recursos naturais” (linhas 29-30) significa uma tecnologia que
(A) garante a geração de biocombustíveis.
(B) mantém ou mesmo aumenta a superfície vegetal do país.
(C) depende de uma escala de produção com uso intensivo de recursos naturais.
(D) demanda uma superfície agrícola grande e pouco acessível aos consumidores.
07. Quanto à noção de tipo textual, pode-se considerar que
(A) predomina, em todo o texto, a estrutura argumentativa.
(B) prevalece, no último parágrafo do texto, a organização descritiva.
(C) há no texto ambivalência estrutural marcada pela coexistência de passagens dissertativas e narrativas.
(D) o texto é predominantemente informativo, visto que nele se informa a respeito dos resultados da Rio+20.
08. Em relação aos fatos de língua, é **incorreto** afirmar que
(A) a expressão “ou seja” (linha 30) deveria vir entre vírgulas.
(B) o vocábulo “capitalismo” (linha 46) deveria ter sido precedido de um determinante.
(C) estaria adequada ao contexto a substituição de “patamar” (linha 33) por “área”, visto que são sinônimos.
(D) a correção gramatical do período seria mantida se a forma verbal “mantêm” (linha 40) fosse substituída por “têm mantido”.

09. Há desvio de concordância verbal em

- (A) “o que o governo de muitos dos países do G20 chamam de economia verde” (**linhas 15-16**).
- (B) “são essas áreas que garantem a purificação da pegada humana de gás carbônico que ameaça o planeta” (**linhas 17-19**).
- (C) “são produtos que demandam uma superfície agrícola muito grande para ser minimamente acessível para os consumidores” (**linhas 23-24**).
- (D) “O acesso às tecnologias poupadoras de recursos naturais, e intensivas em pessoal qualificado e capital, é ainda muito restrito aos países centrais” (**linhas 37-39**).

10. Julgue os itens abaixo.

- I. O pronome “os” (**linha 40**) tem como referente “países centrais” (**linha 39**).
- II. Os parênteses em “produtos preferidos (desde cadernos até carros com tração nas quatro rodas)” (**linha 9**) assinalam uma reflexão.
- III. A coesão do texto seria mantida caso substituíssemos “quaisquer dos” (**linha 12**) por “todos os”.
- IV. “Aliviados” (**linha 7**) e “selos verdes” (**linha 8**) completam o sentido dos verbos ‘se sentem’ (**linha 7**) e “encontram” (**linha 8**), respectivamente.
- V. O sexto parágrafo do texto inicia-se com um período que estabelece uma relação adversativa por meio do conectivo “porém” (**linha 35**).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, II, III e IV.

RASCUNHO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. O monitor de vídeo é um importante periférico de saída, usado para exibir textos e imagens no microcomputador. Os monitores que são aparentemente muito similares aos de LCD e que se tornaram mais populares, substituindo gradativamente os monitores de CRT e LCD é o

- (A) GRP.
- (B) LLD.
- (C) CRP.
- (D) PDP.

12. O programa **Paint** do Windows 7 é voltado à criação e edição de imagens, fotografias e desenhos. A faixa de opções **Home** é formada por diversos grupos, exceto:

- (A) Área de Transferência.
- (B) Imagem.
- (C) Estilo.
- (D) Ferramentas.

13. Os Spywares são softwares de computador que coletam e transmitem dados e informações pessoais armazenados no computador do usuário para algum site da internet. O programa que é um exemplo dentro do conceito de spyware é o

- (A) “Cavalo de Tróia”.
- (B) “Finger”.
- (C) “Worm”.
- (D) “Polimorfo”.

14. Para inserir um comentário em uma célula selecionada numa planilha no Microsoft Office Excel 2010, é necessário pressionar as teclas

- (A) Ctrl + F5.
- (B) Shift + F2.
- (C) Alt + F8.
- (D) TAB + F9.

15. A ligação entre os vários componentes do computador via placa-mãe é feita por meio de um conjunto de linhas paralelas, chamadas de barramentos. Existem diversos tipos de barramentos presentes no computador que precisam ser compatíveis com suas respectivas placas (vídeo, som, modem, etc.). Cada placa possui um conector diferente presente na placa-mãe denominado

- (A) Slot.
- (B) Cache L3.
- (C) SCSI.
- (D) Handshaking.

RASCUNHO

LEGISLAÇÃO

16. A exploração da instalação portuária de que trata o artigo 4º da Lei nº 8630, de 25 de fevereiro de 1993, far-se-á sob as seguintes modalidades:

- (A) uso exclusivo e uso privativo.
- (B) uso público e uso privativo.
- (C) uso público e uso exclusivo.
- (D) uso misto e uso público.

17. Os contratos para movimentação de cargas de terceiros reger-se-ão, exclusivamente, pela(s) _____, sem participação ou responsabilidade do poder público

- (A) normas do direito público.
- (B) resoluções portuárias.
- (C) normas de direito privado.
- (D) constituição federal.

18. A área situada fora da área do porto, utilizada, exclusivamente, para operação de transbordo de cargas destinadas ou provenientes da navegação interior, denomina-se

- (A) Instalação Portuária de Uso Privativo.
- (B) Instalação Portuária de Domínio Público.
- (C) Porto Organizado.
- (D) Estação de Transbordo de Cargas.

19. De acordo com o Decreto nº 6029/2007, a Comissão de Ética Pública será integrada por _____ brasileiros que preencham os requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública, designados pelo _____ para mandatos de _____, não coincidentes entre si, permitida uma única recondução.

- Os termos que preenchem corretamente as lacunas acima são

- (A) sete; Presidente da República; três anos.
- (B) sete, Presidente da República; dois anos.
- (C) seis; Governo do Estado; três anos.
- (D) seis, Ministro de Estado; dois anos.

20. As autorizações de exploração de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte somente serão concedidas a Estados ou a Municípios, os quais poderão, com prévia autorização do órgão competente e mediante _____, transferir a atividade para a iniciativa _____.

- Os termos que preenchem corretamente as lacunas acima são

- (A) carta convite; privada.
- (B) contrato; pública.
- (C) tomada de preços; pública.
- (D) licitação; privada.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O desenvolvimento regional na Amazônia tem sido objeto de políticas governamentais que buscam alcançar melhoria na qualidade de vida dos amazônidas sem prejuízos ambientais. A escala do planejamento regional é articulada ao projeto urbano no caso do modal hidroviário na Amazônia e estabelece com os portos uma estreita relação de conexões econômicas e espaciais. Quanto à definição de espaço regional e sua articulação com o projeto urbano, é correto afirmar que região

- (A) por se tratar de um conceito oriundo da geografia econômica, não apresenta uma dimensão espacial, sendo, assim, incapaz de atender às demandas conceituais de projetos urbanos, uma vez que limita a dimensão humana em sua constituição.
- (B) como abordagem espacial e econômica, está articulada com o projeto urbano, na medida em que associa fluxos de mercadorias à presença humana e às peculiaridades ambientais.
- (C) em sua dimensão territorial, proporciona para o projeto urbano a condição para a realização de análises de centralidade e de acessibilidade intraurbana, na medida em que assegura a incorporação dos seres humanos e de atividades econômicas.
- (D) é um conceito amplamente utilizado nos projetos urbanos, por conter a dimensão ambiental em detrimento da conformação social no território, sendo, portanto, fundamental para o desenvolvimento de projetos portuários, já que visa equacionar problemas ambientais.

22. O projeto paisagístico é um dos componentes de projetos executivos para intervenção em espaços portuários pela sua capacidade de criar espaços de transição entre funções, tais como logística, administrativa e de acesso de passageiros. O manejo de espécies em projetos paisagísticos representa uma etapa importante do desenho da paisagem, daí poder-se afirmar que, no projeto de paisagismo,

- (A) a volumetria a ser obtida com a escolha de espécies vegetais depende da composição entre cheios e vazios, acessos e fechamentos nas edificações e orientação em meio à locação de edificações.
- (B) o desenho de acessos e os materiais que deverão ser utilizados para sua construção devem ser escolhidos a partir da seleção de cores predominantes na vegetação para que o projeto tenha harmonia.
- (C) a manutenção da vegetação por meio de poda e replantio, quando necessário, é o condicionante plástico que irá determinar o porte das espécies a serem utilizadas no projeto de paisagismo.
- (D) a locação de covas no projeto de paisagismo deverá estar especificada na planta de arquitetura, com vistas a alcançar um detalhamento preciso das massas edificadas e suas relações com as características naturais.

23. Leia o texto abaixo, extraído da Carta de Atenas:

As funções-chave habitar, trabalhar e recrear-se desenvolvem-se no interior de volumes edificadas submetidos a três imperiosas necessidades: espaço suficiente, sol e aeração. Esses volumes não dependem apenas do solo e de suas duas dimensões, mas sobretudo de uma terceira, a altura. É levando em consideração a altura que o urbanismo recuperará os terrenos livres necessários às comunicações e os espaços úteis ao lazer.

Carta de Atenas. CIAM Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

1933. Acesso pelo site:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>

Apesar de o texto da Carta de Atenas se constituir em manifesto do movimento moderno, o posicionamento dos arquitetos modernistas sobre a separação entre as diversas funções da cidade passou a ser utilizado em projetos de *campus* universitário e de outros equipamentos, como forma de garantir maior funcionalidade. Constitui-se exemplo de solução projetual: o sistema viário de campus universitário

- (A) em grelha e a locação de prédios administrativos na periferia do desenho.
- (B) orgânico, com concentração de arranjos de locação de edificações seguindo o padrão rua-quadrilote.
- (C) hierarquizado, com acessos delimitados por quadras regulares e gabaritos mínimos.
- (D) periférico, de modo a criar “ilhas” sem perpendicularismo.

24. A legislação urbanística no Brasil constitui-se em um detalhamento do Plano Diretor, na medida em que estabelece limites para a ocupação do solo e para a circulação viária. Quanto aos elementos presentes na gestão urbanística que representam a interface entre o conteúdo de Planos Diretores e as leis urbanísticas, é correto afirmar que

- (A) o zoneamento de uso do solo é o meio utilizado para caracterizar o alcance do plano diretor quanto aos desdobramentos de uma política de desenvolvimento urbano por meio do controle de densidades e de limitações de gabarito.
- (B) os índices urbanísticos constituem-se em meios para a efetivação da função social da propriedade, conforme preceito constitucional válido em todo território nacional.
- (C) o caráter limitador dos índices urbanísticos pressupõe a função extrafiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo no tempo (IPTU), como parte da gestão urbanística.
- (D) a separação de usos do solo em função da densidade projetada para cada zona urbana possui caráter de gestão administrativa e visa garantir o controle da função social da cidade e da propriedade.

25. A presença de um porto em área urbana adensada, como é o caso do Porto de Belém, e em área de expansão urbana, como é o caso do Porto de Vila do Conde em Barcarena, pressupõe que as gestões municipais destas duas cidades devem estabelecer medidas que assegurem segurança e funcionalidade comercial sem prejuízo das áreas urbanas. Os instrumentos previstos na legislação federal (Lei 10.257 de 2001) que, ao serem incluídos nos planos diretores, cumprem os requisitos acima descritos são:

- (A) a outorga onerosa do direito de construir, com vistas a coibir a verticalização do entorno em Belém, e o direito de preempção em Barcarena, a fim de possibilitar a integração do porto com o entorno.
- (B) o estudo de impacto de vizinhança em Barcarena para controle da geração de tráfego e a revisão do plano diretor em Belém, para adequação do zoneamento urbano ao plano de desenvolvimento e zoneamento do porto de Belém.
- (C) o direito de preempção em Belém para viabilizar os equipamentos urbanos complementares às funções portuárias e o direito de superfície em Barcarena, para a regularização de áreas de proteção ambiental.
- (D) o usucapião especial de imóvel urbano em Barcarena para regularização fundiária em terrenos públicos localizados no entorno do porto, e o IPTU progressivo em Belém, para deter a especulação imobiliária no entorno do porto.

26. A execução orçamentária de obras públicas pressupõe a execução de licitações, as quais devem obedecer à sequência de projeto básico, projeto executivo e execução de obras e serviços (Lei 8666/1999). Assim, o processo de licitação para a construção de um projeto arquitetônico deverá constar de plantas arquitetônicas em projeto básico

- (A) aprovado, além de especificações da composição de custos conforme padrões constantes no plano plurianual.
- (B) aprovado, locação do imóvel, planilhas orçamentárias com composição de custos unitários previstos no plano plurianual.
- (C) aprovado, orçamento detalhado e cronograma com previsão de rubrica no plano plurianual.
- (D) a ser aprovado juntamente com o orçamento, e destaque orçamentário a ser acrescentado no plano plurianual.

RASCUNHO

27. O texto abaixo, extraído da Carta de Burra, define conservação, preservação e restauração de bens culturais.

Art. 4º A conservação deve valer-se do conjunto de disciplinas capazes de contribuir para o estudo e a salvaguarda de um bem. As técnicas empregadas devem, em princípio, ser de caráter tradicional, mas pode-se, em determinadas circunstâncias, utilizar técnicas modernas, desde que se assentem em bases científicas e que sua eficácia seja garantida por uma certa experiência acumulada.

...

Art. 11. A preservação se impõe nos casos em que a própria substância do bem, no estado em que se encontra, oferece testemunho de uma significação específica, assim como nos casos de insuficiência de dados que permitam realizar a conservação sob outra forma.

Art. 12. A preservação se limita à proteção, à manutenção e à eventual estabilização da substância existente. Não poderão ser admitidas técnicas de estabilização que destruam a significação cultural do bem.

Art. 13. A restauração só pode ser efetivada se existirem dados suficientes que testemunhem um estado anterior da substância do bem e se o restabelecimento desse estado conduzir a uma valorização da significação cultural do referido bem. Nenhuma empreitada de restauração deve ser empreendida sem a certeza de existirem recursos necessários para isso.

CURY, Isabelle. Cartas Patrimoniais. IPHAN. p. 251.

Tomando como referência tais definições, assinale a conduta correta quanto à intervenção em edificações existentes no Porto de Belém datadas do início do século XX, tais como os armazéns que compõem a Área de Revitalização Portuária cedidas para funcionamento de instalações de lazer.

- (A) Por se tratar de imóvel construído com técnica e materiais pretéritos, a preservação deverá ser conduzida a partir de pesquisa histórica, com equipe interdisciplinar.
- (B) A conservação pressupõe uma contínua gestão de condutas voltadas para o emprego de medidas científicas que assegurem o uso adequado de técnicas modernas, quando forem imprescindíveis.
- (C) A existência de informações sobre as técnicas empregadas na construção original é imprescindível para a elaboração de projeto de preservação visando assegurar a salvaguarda do bem.
- (D) A preservação de um bem depende do emprego de técnicas apropriadas, definidas a partir de prospecções conduzidas por profissionais de arquitetura.

RASCUNHO

28. A exploração dos portos formais, técnica e administrativamente organizados, e das instalações portuárias em geral, no Brasil, é regida centralmente, em diversos aspectos, pela Lei Federal n.º 8.630, de 25/02/1993, a *Lei dos Portos*, e por legislação subsequente e a ela complementar. O Capítulo VI, Seção I, intitulado Do conselho de Autoridade Portuária, em seu Art. 30 e incisos diz o seguinte:

CAPÍTULO VI
Da Administração do Porto Organizado

SEÇÃO I

Do Conselho de Autoridade Portuária

Art. 30. Será instituído, em cada porto organizado ou no âmbito de cada concessão, um Conselho de Autoridade Portuária.

§ 1º Compete ao Conselho de Autoridade Portuária:

- I - baixar o regulamento de exploração;
- II - homologar o horário de funcionamento do porto;
- III - opinar sobre a proposta de orçamento do porto;
- IV - promover a racionalização e a otimização do uso das instalações portuárias;
- V - fomentar a ação industrial e comercial do porto;
- VI - zelar pelo cumprimento das normas de defesa da concorrência;
- VII - desenvolver mecanismos para atração de cargas;
- VIII - homologar os valores das tarifas portuárias;
- IX - manifestar-se sobre os programas de obras, aquisições e melhoramentos da infra-estrutura portuária;
- X - aprovar o plano de desenvolvimento e zoneamento do porto;
- XI - promover estudos objetivando compatibilizar o plano de desenvolvimento do porto com os programas federais, estaduais e municipais de transporte em suas diversas modalidades;
- XII - assegurar o cumprimento das normas de proteção ao meio ambiente;
- XIII - estimular a competitividade;
- XIV - indicar um membro da classe empresarial e outro da classe trabalhadora para compor o conselho de administração ou órgão equivalente da concessionária do porto, se entidade sob controle estatal;
- XV - baixar seu regimento interno;
- XVI - pronunciar-se sobre outros assuntos de interesse do porto.

[BRASIL, Governo Federal; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 8.630, de 25 de fevereiro de 1993. *Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências. (LEI DOS PORTOS)*. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8630.htm>. Acesso em: 10 out. 2012].

Considerando os parâmetros e diretrizes citados neste excerto do texto da lei, suponha uma decisão do Governo do Estado do Pará e de Prefeituras Municipais do Estado do Pará de implantar terminais de passageiros e carga na zona portuária de Belém, na região do Porto de Vila do Conde, no município de Barcarena-PA, e em eventuais outras localizações que se mostrem viáveis, técnica e economicamente, para a integração espacial da Região Metropolitana de Belém e meso-regiões Metropolitana de Belém, do Marajó e do Nordeste Paraense. Com base nesses condicionantes e na atuação do arquiteto e urbanista dentro de equipes multidisciplinares, é correto afirmar que

- (A) a atividade de transporte regional é a única em que devem ser ouvidos outros níveis de Governo, no caso de intervenções nas zonas portuárias administradas pela Autoridade Portuária da Companhia Docas do Pará (CDP). Assim, pode haver compatibilização de projetos e obras, mas sempre sob a subordinação do uso portuário de interesse da CDP, baseado em instalações portuárias modernas e que operam contêineres, com prioridade para o fluxo de carga.
- (B) para a adaptação de terminais existentes e para o projeto de novos terminais, é necessária a elaboração de estudos de impacto de vizinhança e/ou de impacto ambiental, tanto no caso frequente de necessidade de dragagem de leitos de cursos d'água quanto nas possíveis alterações do entorno dos novos usos e estruturas. Tais estudos devem abordar temas como o impacto fundiário, a densidade demográfica, a questão habitacional e as alterações físico-ambientais.
- (C) a questão do transporte de passageiros em escala microrregional e municipal é competência constitucional das Prefeituras Municipais, o que desobriga a CDP de se envolver diretamente no assunto. Desse modo, projetos governamentais em nível local e regional devem ser sistematizados em propostas técnicas e estudos de viabilidade econômico-financeira para, então, serem submetidos ao Conselho da Autoridade Portuária (CAP), instância soberana de decisão sobre as zonas portuárias nacionais.
- (D) a mobilidade intraurbana e intermunicipal, assumida pelo Governo do Estado pode ser tratada como tema de interesse da CDP que, aderindo ao projeto, deve consultar o Ministério dos Transportes (MT) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para o estudo da viabilidade técnica e econômico-financeira, respectivamente. Ouvidas as instâncias deliberativas competentes, a CDP, preferencialmente, deve ser a responsável pelos projetos técnicos das intervenções.

29. A Lei Federal n.º 8.630/1993, conhecida como Lei dos Portos, em seu Capítulo II, Art. 4º trata de aspectos técnicos e operacionais da utilização, operação e funcionamento das Instalações Portuárias. Entendendo que a estrutura portuária é, com frequência, um ponto nodal da logística e que depende de articulação entre diferentes instituições e agentes econômicos e sociais (empresas, sindicatos, prestadores de serviços, etc.), leia o trecho a seguir:

CAPÍTULO II Das Instalações Portuárias

Art. 4º Fica assegurado ao interessado o direito de construir, reformar, ampliar, melhorar, arrendar e explorar instalação portuária, dependendo: (Regulamento)

I - de contrato de arrendamento, celebrado com a União no caso de exploração direta, ou com sua concessionária, sempre através de licitação, quando localizada dentro dos limites da área do porto organizado;

II - de autorização do ministério competente, quando se tratar de terminal de uso privativo, desde que fora da área do porto organizado, ou quando o interessado for titular do domínio útil do terreno, mesmo que situado dentro da área do porto organizado.

II - de autorização do órgão competente, quando se tratar de Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte, de Estação de Transbordo de Cargas ou de terminal de uso privativo, desde que fora da área do porto organizado, ou quando o interessado for titular do domínio útil do terreno, mesmo que situado dentro da área do porto organizado. (Redação dada Lei nº 11.518, de 2007.)

§ 1º A celebração do contrato e a autorização a que se referem os incisos I e II deste artigo devem ser precedidas de consulta à autoridade aduaneira e ao poder público municipal e de aprovação do Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA).

[BRASIL, Governo Federal; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 8.630, de 25 de fevereiro de 1993. *Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências. (LEI DOS PORTOS)*. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8630.htm>. Acesso em: 10 out. 2012].

Quanto aos estudos e relatórios de impacto ambiental, no caso de implantação e/ou alteração de estruturas portuárias, e quanto aos casos em que ele se aplica, ou não se aplica, aos portos em geral, é correto afirmar que

- (A) o Ministério do Meio Ambiente (MMA) é a única instância competente para exigir da Autoridade Portuária a execução de estudo ou relatório de impacto ambiental, uma vez que as instalações portuárias são terras da União, e a política ambiental que tem ingerência sobre elas deve ser aplicada no nível federal.
- (B) o texto da lei é ambíguo, mas dele depreende-se que os terminais de passageiros detêm a exigência exclusiva da necessidade de realização de estudos e relatórios de impacto ambiental, sobretudo quando houver operador privado no porto ou quando este criar impacto ambiental no plano local/municipal.
- (C) alterações na operação de portos devem ser formalizadas e analisadas pelas instâncias de Governo competentes, e o uso de estruturas portuárias por privados só é aprovado com estrita regulação pública. Estudos e relatórios de impacto ambiental são cobrados juntamente com análise municipal do impacto proposto.
- (D) em termos físico-territoriais, de competência do arquiteto e urbanista, o texto da lei determina que haja abertura para exploração privada de estruturas portuárias, desde que o uso seja licitado. Assim, os projetos de alteração, construção e ampliação devem passar pela elaboração do RIMA e pela CDP.

30. Considerando um ambiente interno de estrutura portuária com tráfego pesado de pequenas máquinas com pneus de borracha, carrinhos mecânicos metálicos e pessoal com equipamento de proteção individual (EPI), o piso mais apropriado tem a seguinte especificação:

- (A) cimentado liso, espessura da camada 25 mm, à base de concreto magro, aplicação de aditivo à base de silicone, junta plástica de 4 mm de espessura sobre contrapiso em pedra preta (granulometria de 25 mm) e concreto magro.
- (B) cerâmico rugoso, monoqueima, tipo semigrés, de 45 cm x 45 cm de placa, PEI 3 para áreas comerciais e acessos públicos, absorção de água entre 3% e 6%, com aplicação de rejunte epóxi sobre argamassa à base de cimento, areia e polímeros.
- (C) cerâmico liso, tipo grés, de 60 cm x 60 cm de placa, espessura de placa de 8,5 mm, PEI 4, coeficiente de atrito II, absorção de água entre 0,5% e 3%, com aplicação de rejunte epóxi sobre argamassa à base de cimento, areia e polímeros.
- (D) cerâmico rugoso, tipo semigrés, de 45 cm x 45 cm de placa, PEI 5, para calçadas e ambientes externos, absorção de água entre 3% e 6%, coeficiente de atrito II, com aplicação de rejunte epóxi e hidrofugante à base de silicone sobre argamassa à base de cimento, areia e polímeros.

31. Sobre estruturas de cobertura em madeira para edificações de pequeno e médio porte, é correto afirmar que

- (A) as peças chamadas de *ripas* possuem, em média, 5 cm x 15 cm, e têm como função estrutural ancorar as telhas de barro.
- (B) as *tesouras*, quando existirem, podem ser espaçadas em intervalos de 5,0 metros; distância menor seria inútil estruturalmente.
- (C) os *caibros* distam, em média, entre 1,00 m e 1,50 m entre si, e transmitem esforços do pano de cobertura para as peças longitudinais.
- (D) as peças chamadas de *terças* representam os esforços dispostos transversalmente ao pano de cobertura, e possuem em média 5 cm x 15 cm.

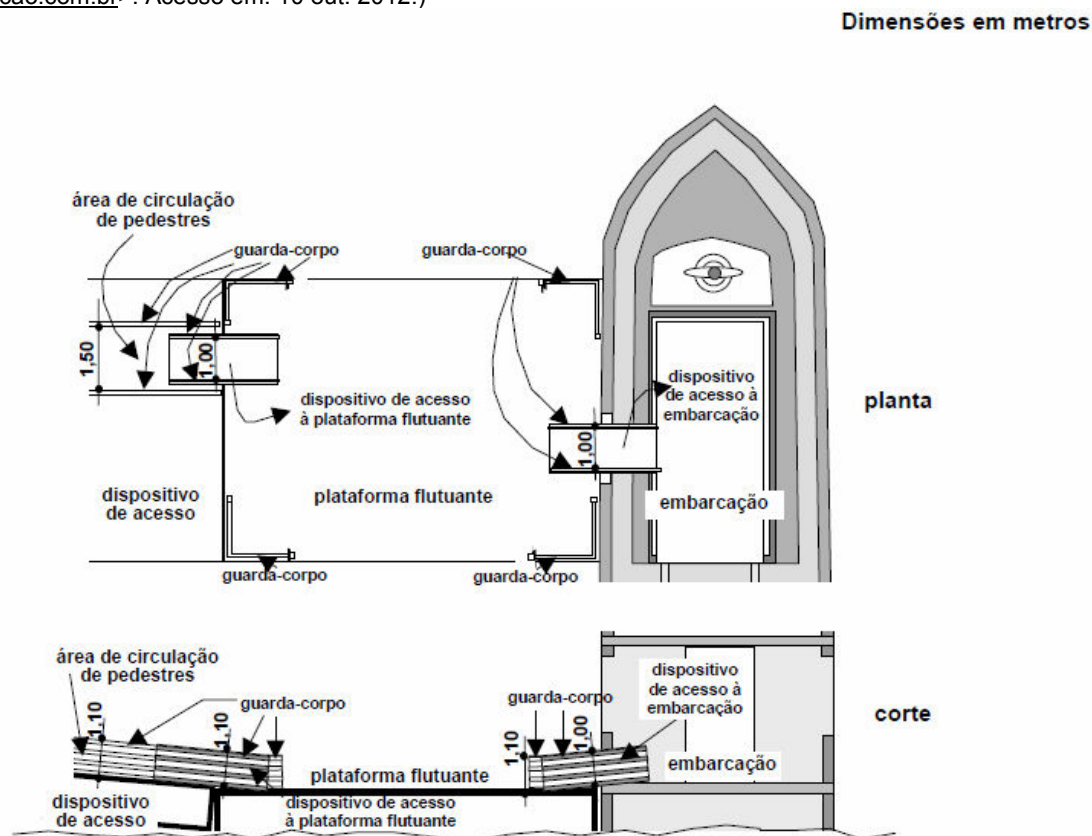
32. Sobre os níveis e etapas do projeto de arquitetura, urbanismo e/ou paisagismo, é correto afirmar que

- (A) o projeto executivo tem como principal diferencial em relação ao anteprojeto o componente do detalhamento de equipamentos, esquadrias e demais elementos agregados à edificação e espaços públicos.
- (B) o projeto executivo tem como principal diferencial em relação ao projeto básico o componente do caderno de especificações técnicas, com procedimentos detalhados de execução da obra civil.
- (C) o anteprojeto tem como principal diferencial em relação ao projeto básico a solução essencial completa para o entendimento pleno do partido projetual adotado, sendo, assim, usado em orçamentos.
- (D) o anteprojeto tem como principal diferencial em relação ao projeto executivo o quantitativo dos principais componentes da obra civil, como alvenarias, ferragens, volume de concreto e área envidraçada.

RASCUNHO

33. A Norma Técnica brasileira n.º 15.450 (publicada no ano de 2006 e válida a partir de 2007) versa sobre a acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário. Nos diagramas expostos na Figura 1, podem ser vistos esquemas técnicos de embarque e desembarque, com acessibilidade para o usuário de embarcações dentro de recomendações já anteriormente vigentes no Brasil. Analise-a.

Figura 1 Diagramas da NBR 15.450/2006, sobre *equipamentos de embarque e desembarque* em embarcações, em planta baixa e corte esquemáticos. Fonte: ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 15.450. Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário. 19 f. Rio de Janeiro: ABNT, 01 dez. 2006. p. 10. Disponível em: <www.abntcolecao.com.br>. Acesso em: 10 out. 2012.)



- Com base na figura acima, é correto afirmar que

- (A) a largura de rampas ilustradas dos diagramas representa, exatamente, o suficiente para o deslocamento longitudinal de duas pessoas em paralelo, segundo as normas técnicas brasileiras de saídas de emergência e acessibilidade.
- (B) para adequada inclinação de rampas de acesso, a norma técnica recomenda a aplicação de dispositivos eletromecânicos de nivelamento das plataformas, sem os quais seria virtualmente impossível atingir condições acessíveis.
- (C) os guarda-corpos de rampas e plataformas bem como a altura da barra de apoio seguem as diretrizes de segurança de edifícios maiores do que 15 m de altura: interstícios de até 15 cm de diâmetro.
- (D) a inclinação das rampas de acesso às plataformas e embarcações não deve ser maior do que 10%, diante da excepcionalidade das condições de entrada e saída de terminais, plataforma e embarcação.

RASCUNHO

34. A Figura 2 ilustra o bairro do Umarizal, em Belém-PA. O bairro está situado na parcela do centro expandido da cidade, dentro da sua Primeira Légua Patrimonial, e teve sua ocupação adensada a partir do final do século dezenove. Analise em linhas gerais o parcelamento de quadras e o traçado viário do bairro.

Figura 2 Mapa do *Cadastro de Lotes*, da Prefeitura Municipal de Belém, referente ao bairro do Umarizal: quadras, lotes e espaços públicos. Fonte: CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém/Prefeitura Municipal de Belém). Cadastro técnico multifinalitário (CTM). Belém: CODEM/PMB, 2000. CD-ROM. [Cartografia digital, formato dwg.]

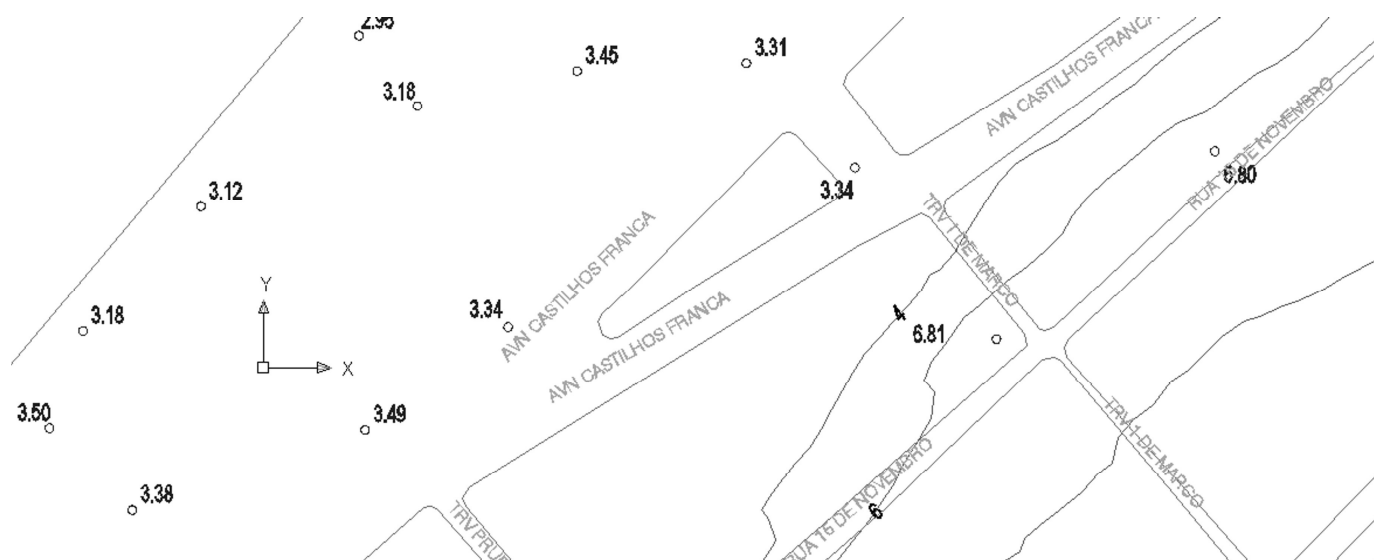


- Com base na análise realizada, é correto afirmar que

- (A) o bairro do Umarizal, por não ter sido planejado, sofre hoje com a desorganização de seu parcelamento, que induz aos atuais congestionamentos de tráfego e à falta de estrutura urbanística para receber a verticalização, necessária nas cidades contemporâneas.
- (B) a morfologia de quadras do bairro revela-se extremamente antieconômica do ponto de vista da manutenção e implantação da infraestrutura urbana, realidade que nos leva a deduzir que seja essa a razão de termos hoje valores dos imóveis tão elevados no bairro.
- (C) a extensão espacial do Umarizal, em torno de 1,65 km no sentido Norte/Sul e 2,15 km no sentido Leste/Oeste, não configuraria área suficiente para formação de uma vizinhança residencial, um bairro, nos dias de hoje, o que o condiciona como uma área de passagem de tráfego.
- (D) é possível identificar morfologias de quadra relativamente econômicas no parcelamento do bairro, com quadras compactas, mas também com outras de maior excentricidade, o que intensifica o uso e o aproveitamento do solo urbano, reduzindo o custo de infraestrutura.

35. Na Figura 3 pode ser visto um trecho da cartografia do município de Belém, especificamente na zona do Porto de Belém. Analise as curvas de nível e pontos cotados.

Figura 3 Curvas de nível e pontos cotados da área da bacia hidrográfica da Tamandaré, limite dos bairros do Reduto e da Campina, área central de Belém-PA, zona do Porto de Belém. Fonte: CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém/Prefeitura Municipal de Belém). Cadastro técnico multifinalitário (CTM). Belém: CODEM/PMB, 2000. CD-ROM. [Cartografia digital, formato dwg.]



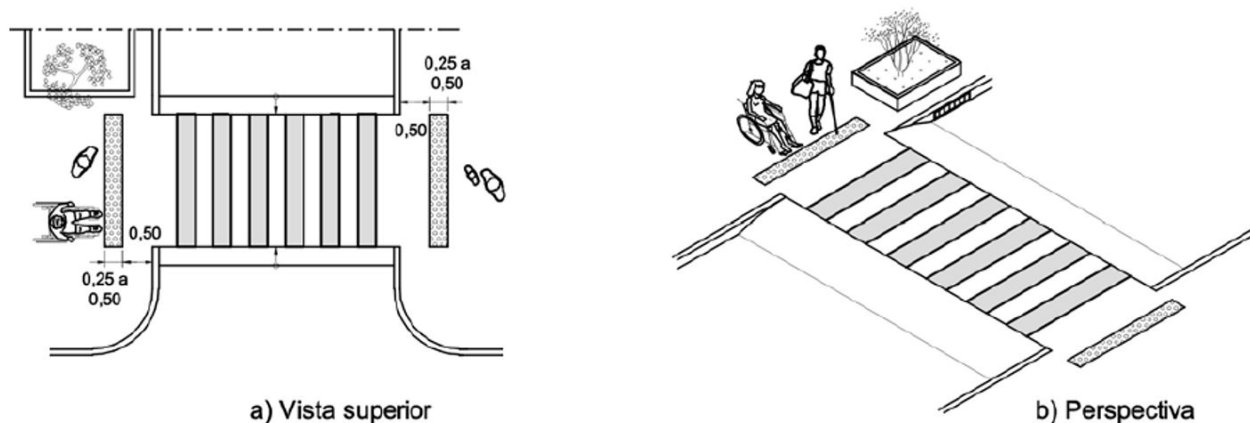
- A partir da análise realizada, é correto afirmar que

- (A) pelo mapa, nota-se que a área tem, no geral, cotas altas, relativamente ao sítio em geral de baixa declividade do município de Belém, o que a reforça como área nobre.
- (B) o mapa constata a realidade de obsolescência do Porto de Belém, com terrenos alagáveis, de cotas baixas e orientação inadequada de vias de acesso.
- (C) o sítio tem predominância de cotas altimétricas baixas, sendo, na realidade de Belém-PA, alagável nos locais de aterros e até as imediações da Av. Castilhos França.
- (D) as caixas de via são estreitas para a atividade comercial e portuária do local, o que demandaria alargamento de vias exatamente no sentido das curvas de nível.

RASCUNHO

36. A acessibilidade de edificações e espaços públicos é uma diretriz indispensável em projetos de Arquitetura e Urbanismo, considerando novas construções, adequações e reformas de estruturas pré-existentes. Na Figura 4, extraída da NBR 9050/2004, sobre acessibilidade a edificações e espaços urbanos, é possível analisar uma faixa elevada acessível. Observe.

Figura 4 Faixa elevada de pedestres, extraída da NBR 9050/2004, *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 105 f. Rio de Janeiro: ABNT, 31 mai. 2004.



- Após análise da Figura 4, é correto afirmar que

- (A) a faixa se destina a cadeirantes, principalmente, pela inclinação de 25% das rampas de subida e descida.
- (B) a faixa elevada é considerada segura e acessível, principalmente, pela redução de velocidade a que se obriga o motorista.
- (C) o desenho universal nesse diagrama ainda precisaria de um guarda-corpo de barras duplas, a alturas de 92 cm e 76 cm, para pessoas idosas e/ou com muletas.
- (D) os elementos transversais à faixa, situados em suas extremidades, são faixas táteis de alerta para garantir a segurança da travessia.

37. Considerando-se um processo de Regularização Fundiária de um loteamento irregular, é correto afirmar que

- (A) somente a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios tem legitimidade para promover uma ação de regularização fundiária de forma a apoiar as demandas das comunidades carentes.
- (B) tanto o estado, nas suas três esferas, quanto a população moradora de assentamentos informais, de maneira individual ou organizada, têm legitimidade para promover uma ação de regularização fundiária.
- (C) somente as organizações da sociedade civil de interesse público e entidades civis constituídas com a finalidade de promover a regularização fundiária têm legitimidade para promover uma ação de regularização fundiária.
- (D) somente as cooperativas habitacionais, as associações de moradores e as organizações sociais que representem a população moradora de assentamentos informais têm legitimidade para promover uma ação de regularização fundiária.

RASCUNHO

- 38.** O aumento das atividades urbanas no contexto das cidades nas últimas décadas tem impactado o clima urbano consideravelmente. Sobre o clima urbano, é correto afirmar que
- (A) as condições do vento na camada intraurbana independem de barreiras físicas, tamanho e orientação de prédios, nem de densidades de ocupação e padrões gerais de uso do solo na cidade como um todo.
 - (B) o clima da cidade é resultante da interferência das indústrias, da circulação de veículos, da retirada da vegetação, da pavimentação asfáltica e concreto, que agem de maneira direta, alterando o clima em escala local.
 - (C) o aumento da altura e da densidade das edificações pouco interfere na velocidade dos ventos, sendo mais importante a existência de arborização pública para evitar ilhas de calor.
 - (D) o balanço de energia na área urbana se mantém a partir das compensações entre a substituição das superfícies naturais por superfícies artificiais (pavimentações e construções) e a promoção da arborização em outras áreas da cidade.
- 39.** Sobre a adequação de projetos de edificações às características bioclimáticas de forma a produzir ambientes com bom desempenho de conforto ambiental, é correto afirmar que
- (A) a forma e os materiais da envoltória do edifício funcionam como um filtro do meio externo, resultando em formas mais dispersas que buscam maximizar a utilização da energia do ambiente externo.
 - (B) a ventilação natural desejada pode ser obtida com o correto posicionamento e dimensionamento dos vãos e através da geometria dos espaços, utilizando-se, por exemplo, diferentes aberturas de forma modulada.
 - (C) a forma do ambiente é importante para o desempenho acústico dos mesmos; superfícies paralelas, forros retos e absorventes de ruídos, por exemplo, contribuem para minimizar os efeitos de eco e sua propagação.
 - (D) a neutralidade térmica, em que não há nem acúmulo de calor, nem perda excessiva do mesmo, de modo a manter a temperatura corporal, é uma condição necessária para que uma pessoa esteja em conforto térmico.
- 40.** Para realizar a avaliação de possíveis impactos ambientais gerados em função das obras de ampliação de um porto em local próximo a uma zona residencial de baixa densidade, de acordo com as etapas de implantação do projeto, deverão ser considerados possíveis fatores geradores de impacto. Acerca disso, é correto afirmar que, na etapa de
- (A) implantação da obra terrestre e marítima, é possível que se observem: a poluição do ar e a movimentação de máquinas, equipamentos e veículos de cargas vinculados às obras de limpeza e preparação do terreno.
 - (B) operação do empreendimento portuário, deverão ser observados os níveis de ruído dos navios ancorados e de pequena magnitude, pois eles constituem fonte sonora com potencial para atingir receptores vizinhos.
 - (C) implantação da obra, é possível que se observe a alteração da qualidade dos recursos hídricos subterrâneos e a deposição de resíduos provenientes das embarcações e das atividades nas dependências do porto.
 - (D) operação do empreendimento, um possível fator gerador de alteração na qualidade das águas costeiras é o lançamento de efluentes e resíduos provenientes dos equipamentos e veículos de carga utilizados.

RASCUNHO

PROVA DE REDAÇÃO

Julgar a partir da aparência parece ser uma conduta habitual do ser humano que, no entanto, pode levar a falsas conclusões. Por isso é uma atitude também reprovada pelas pessoas de um modo geral. O povo, em sua sabedoria, tem vários provérbios, ou máximas, para expressar a ideia de que é errado julgar pela aparência:

- “O hábito não faz o monge”
- “O hábito elegante cobre às vezes um tratante”
- “Quem vê cara não vê coração”
- “Parecença não é certeza”
- “Parecer não é ser”
- “As aparências enganam”

Escreva um texto em que você **manifeste sua opinião** sobre a seguinte afirmação:

As aparências enganam

ORIENTAÇÕES GERAIS

- * Você deve desenvolver o tema da redação segundo as orientações dadas no comando.
- * Sua redação deve ter no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas.
- * Textos em versos e textos escritos a lápis serão desconsiderados.
- * No BOLETIM há espaço para rascunho. No entanto, o texto definitivo deverá ser, obrigatoriamente, transcrito no FORMULÁRIO fornecido especificamente para esse fim. Em nenhuma hipótese o rascunho será considerado.

ATENÇÃO: SE VOCÊ NÃO SEGUIR AS INSTRUÇÕES RELATIVAS AO TEMA, SUA REDAÇÃO SERÁ **ANULADA**.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	

14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	